

Caros Leitores,

Com grande satisfação, apresentamos a Edição 2016 da Revista de Direito do UNIFACEX, quarta em formato eletrônico, contando com a participação de avaliadores *ah hoc* oriundos de diversas formações e diferentes instituições de ensino superior. Isso qualifica sobremaneira o processo de escrutínio acadêmico dos manuscritos ofertados submetidos, de modo que os artigos aprovados, de fato, merecem a atenção da comunidade acadêmica.

Percebe-se que o acervo que compõe as publicações do novel número refletem uma característica típica do sistema jurídico, qual seja, a sua abrangência no que se refere ao disciplinamento das relações sociais, inclusive contemplando perspectivas interdisciplinares.

O primeiro dos trabalhos trata de um tema de relevância, mas que apenas recentemente tem tido a atenção da comunidade acadêmico-jurídica: a violência obstétrica. Partindo de uma análise do amparo jurídico genérico à integridade física e moral, o trabalho explora mais densamente a questão incorporando a análise de entendimentos técnicos da área da saúde sobre os parâmetros para os procedimentos nesse tipo de serviço de saúde, de modo a respeitar a integridade da mulher.

Na sequência, outra polêmica: diante do acirramento da discussão político-partidária que tem marcado a atualidade na sociedade ocidental, especialmente com a ascensão de propostas para a implementação de plataformas políticas de concentração de poder, que parecem ter ganhado uma significativa quantidade de adeptos nos últimos anos, o segundo trabalho trata da relação de ponderação – de princípios constitucionais – entre a liberdade de expressão e a proteção contra crimes de raça, ambos institutos jurídicos de estatura constitucional.

No terceiro trabalho, outro tema bastante polêmico: os limites da liberdade de tratamento nas relações intrafamiliares. Na história social do Século XX, uma discussão marcante é a da definição dos papéis do Estado e da família, ambos dotados de uma série de elementos de proteção no sistema jurídico. Delicada se torna, portanto, a análise dos limites que devem ser observados no seio das relações familiares, no sentido de definir quais são os limites toleráveis da influência ou, mesmo, interferência de um familiar na vivência do outro.

Ainda, o quarto trabalho aborda outra temática delicada: uma discussão sobre a viabilidade da vida de fetos com diagnosticada microcefalia. Independentemente das polêmicas que se fizeram surgir sobre a origem dos problemas de microcefalia nas mídias de massa, de zika a supostas vacinas defeituosas, fato é que houve uma incidência de gestações nas quais foram geradas pessoas com a condição de microcéfalos. Muito se discute, na medicina, sobre as limitações e viabilidade da vida de seres humanos com esse tipo de característica congênita. Em uma discussão análoga à anencefalia, o trabalho apresenta a discussão sobre uma eventual viabilidade jurídica da realização de aborto nesses casos.

Por fim, o quinto e último trabalho trata de um assunto que, sem quaisquer excessos, fez avançar a olhos vistos a persecução penal nos ambientes virtuais: a ciberpedofilia. Tratando de modo técnico o problema de definição de autoria, o trabalho expõe o *iter* investigativo necessário à efetivação do poder punitivo do Estado no sentido da repressão

desse tipo de conduta que movimentam intensamente o crime organizado virtual e constitui, muitas vezes, a “ponta” de organizações criminosas de escala internacional que operam o tráfico de pessoas.

Na certeza de que o acervo, sem exceções, traz temáticas atuais e instigantes, desejamos a todos uma excelente leitura! No ensejo, renovamos o convite à submissão de trabalhos para a nossa próxima edição!

Marconi Neves Macedo, Prof. Me.
Editor-Chefe da Revista de Direito do UNIFACEX